

A DECADÊNCIA DO PRÍNCIPE NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA DE NICOLAU MAQUIAVEL

ROTOLI, Amanda Mendes *amandamendes.unesp@gmail.com*

SILVA, Elizete Mello da *dedemelo@femanet.com.br*

RESUMO: Nicolau Maquiavel, intelectual, filósofo, político e um dos grandes responsáveis pela concepção moderna de poder e política, acreditava na visão antropocêntrica do mundo onde a religião deveria permanecer afastada das tomadas de decisões do governo. Para ele, a nação não poderia ser marcada por um ideal cristão de unidade entre os homens, mas pelo que é próprio do ser humano: sua luta constante pelo poder. Assim, o autor não compartilha da concepção de indivíduo baseada na filosofia cristã, mas o concebe como um ser movido pela sua força que age de acordo com seus instintos. Ainda segundo o intelectual, o bom governante seria aquele que lograsse manter a estabilidade política de seu Estado e, para tanto, necessitava possuir estratégias de governo como virtú (qualidade daquele que sabe o que fazer e como controlar situações adversas agindo virtuosamente) e fortuna (momento oportuno, o acaso, a sorte favorável ou desfavorável na qual as ações podem ser concluídas com êxito). Dessa maneira, este trabalho apresenta uma reflexão acerca de como nossos governantes têm agido utilizando-se da virtú e da fortuna para se manterem no poder, ademais denota que os preceitos de Maquiavel foram desvirtuados ao longo do processo histórico resultando em um cenário político contemporâneo carente de príncipes virtuosos.

PALAVRAS-CHAVE: Nicolau Maquiavel; O Príncipe; Ciência Política.

ABSTRACT: Niccolo Machiavelli, an intellectual, philosopher, politician and one of the great leaders of the modern conception of power and politics, believed in the anthropocentric view of the world in which the religion should remain distant from government decision-making. For him, the nation couldn't be marked by a Christian ideal of unity among men, but by what is proper to the human being: his constant struggle for power. So, the author doesn't share the view of an individual based on Christian philosophy, but conceives it as a being moved by its force that acts according to its instincts. According to the intellectual, the good ruler would be the one who managed to maintain the political stability of his state and, for that, needed to have strategies of government like virtú (quality of the one who knows what to do and how to control adverse situations acting virtuously) and fortune (the right moment, the chance, the luck favorable or unfavorable in which actions can be successfully completed). In this way, this work presents a reflection about how our rulers have acted using the virtue and the fortune to maintain in the power, in addition it denotes that the precepts of Machiavelli were distorted throughout the historical process resulting in a contemporary political scene lacking of virtuous princes.

KEYWORDS: Niccolo Machiavelli; The Prince; Political Science.

I – MAQUIAVEL: VIDA E OBRA

Na Itália renascentista imperava nos pequenos principados a tirania dos governantes sem dinastia e o fato de estes serem ilegítimos, gerava uma grande instabilidade política. Dessa maneira, para que conseguissem manter-se no poder era preciso astúcia, ações rápidas contra os adversários, uma boa administração alicerçada em alianças com reinos externos e uma atuação eficaz na repressão dos opositores.

Neste panorama instável, o país se dividia em diversos Estados/Monarquias Absolutas que sozinhos não possuíam recursos para fortalecer suas tropas e criar um exército, por isso acabavam sujeitos ao sofrimento provindo da soberania do Império Germânico, França e Espanha que disputavam seus territórios.

Durante este período a economia italiana já conhecia o capitalismo há cerca de duzentos anos, no entanto, se articulava no meio feudal e suas relações eram geradas por estreitos vínculos com a Igreja, estados feudais, grandes senhores de terra e camadas superiores da burguesia. Assim, em meio a uma produção manufatureira, eram postas de lado o a importância do militarismo e uma política interna, resultando em uma barreira para a expansão territorial e acumulação de capital e contribuindo para que o país caminhasse rumo à decadência.

No decurso dessa crise econômica e política nascia em Florença (3 de maio de 1469) um dos homens mais notáveis do campo do conhecimento das ciências políticas: Niccolò di Bernardo dei Machiavelli, conhecido como Nicolau Maquiavel, fundador do pensamento político moderno. Foi filósofo, historiador, diplomata e político pertencente à era do renascimento italiano que viveu durante o governo de Lourenço de Médici, em Florença.

Seus genitores Bernardo Maquiavel e Bartolomea Nelli eram de origem Toscana. Seu pai foi jurista e tesoureiro de uma província italiana e sua mãe parenta próxima a uma família nobre de Florença. Maquiavel era o terceiro dos quatro filhos do casal.

Aos 29 anos, após a expulsão do governo Médici de Florença e da instalação da República de Savonarola, o jovem filho de Bernardo Maquiavel entrou para a vida pública com um cargo de não muita importância: Secretário da Segunda Chancelaria (um dos órgãos auxiliares da Senhoria, encarregado das guerras e política interna). Exercendo esse trabalho durante pouco mais de 14 anos, pôde observar o comportamento de grandes nomes da época e retirou alguns postulados relevantes para sua obra, como a necessidade de um governo ter seu próprio exército composto por

soldados leais e disciplinados dispostos a lutar pela pátria e a garantir a soberania política.

Algum tempo depois, seguido do enforcamento Savonarola e a mando do Papa Alexandre VI, o fundador do pensamento político moderno passou de Secretário a Segundo Chanceler da República. Durante sua estada neste trabalho logrou, ao lado de César Bórgia, filho do Papa Alexandre, além de administrar as relações externas e os negócios republicanos, observar como era de fato o governo daquele lugar. Maquiavel então chegou à conclusão de que Estados e Governantes necessitam de justiça, armas e religião como ideologia para manter os soldados fiéis e obedientes e que aqueles que se rebelam devem ser punidos.

Em 1512, com o fim da república e o retorno dos Médici, Maquiavel perdeu o cargo de Chanceler e, no ano seguinte, foi preso e torturado por conspirar contra a eliminação do cardeal Giovanni de Médici. Posteriormente foi exilado, período no qual se dedicou a escrever suas principais obras como "Os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio", "Os Sete Livros sobre a Arte da Guerra", "As Comédias" e "O Príncipe", essa última foi dedicada a Lourenço de Médici como intento de reconquistar os favores da família.

Passado um ano, recebeu do papa Leão X anistia e retornou a Florença. Lá, conseguiu uma função remunerada para escrever a história da capital italiana tornando-se historiador oficial da República.

O autor de "O Príncipe" expôs em seus registros a antonímia entre como o Estado deveria ser e como realmente era, e também apresentou considerações a respeito dos governantes, sobre como estes deveriam se portar para serem soberanos bons e expandirem seus territórios mantendo o poder.

O filósofo sempre se interessou pelos estudos e se dedicou a aprendizagem de latim, ábaco e fundamentos da língua grega antiga. Também buscou conhecimento durante o exílio, através da meditação pela qual se tornou capaz de analisar assuntos políticos atrelando-os a autores antigos e acabando por resultar na obra "O Príncipe" dedicada, como já citado, a Lorenzo II (1492-1519), potentado da família dos Médici e duque de Urbino.

Maquiavel em seus estudos optou pela ciência empírica baseada na experiência que, segundo ele, é um método pelo qual se pode analisar a verdade de fatos humanos concretos, sem deixar-se levar por hipóteses infundadas. Seu objetivo era apresentar aos estadistas uma reflexão acerca das organizações estatais mostrando as formas de conquista, desenvolvimento e persistência de modo que não venham a decair ou perder-

se em crenças religiosas e especulações. Ele acreditava na teoria científica estruturada na história e nos exemplos vistos em governos anteriores, na investigação das peculiaridades dos interesses de agir próprios do ser humano. Dessa forma, conseguiu observar a construção não de Estados modelos, utópicos, mas de instituições políticas que se fundam, se desenvolvem e se perdem.

Como viveu na era renascentista do chamado “Século das Luzes”, o filósofo presenciou grandes transformações tanto no campo econômico quanto no campo das artes e das ciências retomando valores da cultura clássica que centralizavam a razão e a opunham à emoção, à fé e a autoridade da igreja. Para tanto, elaborou uma concepção fundamentada em princípios teóricos propondo uma abordagem filosófica:

Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos que todos os interessados tirem proveito, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. (MAQUIAVEL, 1999, p. 99)

A política para Maquiavel é tratada não pelo ideal cristão, mas pelo que é próprio do homem: a constante luta pelo poder e o agir instintivo. Segundo ele, o ser humano é movido pela sua força interior e age impulsivamente para satisfazer desejos e paixões, tornando-se egoísta e ambicioso, deixando de praticar o mal somente quando a lei o coagir.

Assim, a única maneira de mudar a história humana é identificando suas experiências e prevendo ações da arte de bem governar de modo que a ciência política possa substituir a interpretação do destino por determinações concretas e empreendedoras seguindo um curso distinto daquele visto nas tragédias gregas.

II – AS LIÇÕES EXTRAÍDAS DE “O PRÍNCIPE” DE MAQUIAVEL NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

Durante toda a sua vida Maquiavel esteve presente na política. Ainda criança assistiu a decadência de seu país diante de uma crise econômica e da divisão dos Estados. Quando jovem trabalhou em tarefas do governo até ser exilado – momento em que deu início a escritura de suas obras, entre elas “O Príncipe”.

Este último livro em especial, escrito em 1513 e publicado postumamente em 1532, é conhecido como manual do bom governante, pois ensina formas de conquista e atos para manter-se no poder. Nele o autor consegue, a partir da experiência adquirida nos anos em que trabalhou junto ao governo e da sabedoria alcançada devido às leituras sobre notáveis pensadores como Platão e Rousseau, oferecer conselhos políticos baseados em exemplos de príncipes bem em mal sucedidos ao longo da história. E

mesmo que longos anos tenham se passado desde a sua publicação, o livro continua tão atual que muitos dos seus preceitos e valores podem, ainda hoje, ser usufruídos pelos nossos representantes.

O objetivo do escritor nesta obra é apresentar aos estadistas uma reflexão acerca das organizações estatais revelando o desenvolvimento e a persistência nas formas de conquista como base sólida para que os principados não venham a cair ou perder-se em crenças religiosas e especulações. A teoria científica, segundo Bernardo Di Machiavelli, deve ser estruturada tanto na história como nos exemplos de governos anteriores, e na investigação das peculiaridades dos interesses de agir próprios do ser humano.

Assumir a política e com ela a autoridade não é para todos, mas somente para aqueles que possuem a arte de governar bem e, para tanto, Maquiavel nos afirma que a realidade deve ser observada pela razão e não pela fé. A partir disso, duas temáticas bastante discutidas na obra não podem deixar de ser aqui abordadas: a *virtú* e a *fortuna* - espécies pelas quais os principados podem ser conquistados e mantidos. Essas duas variáveis são de extrema importância para entendermos os príncipes. A *virtú*, tratada como o domínio sobre a *fortuna*, é própria daqueles que são corajosos, bravos e honrados, ideia contrária ao cristianismo que determina a bondade e a passividade, conforme cita Sadek (2002, p. 12):

Não cabe nesta imagem a ideia da virtude cristã que prega uma bondade angelical alcançada pela libertação das tentações terrenas, sempre à espera de recompensas no céu. Ao contrário, o poder, a honra e a glória, típicas tentações mundanas, são bens perseguidos e valorizados. O homem de Virtú pode consegui-los e por eles luta.

O homem do Estado deveria manter a estabilidade política e, por essa razão, necessitava dessas qualidades. A *virtú* é característica daquele estadista que sabe como controlar situações adversas, a capacidade de agir virtuosamente, enquanto a *fortuna* é o acaso, a sorte, favorável ou desfavorável.

Segundo Carlos Estevam Martins (1999),

A fortuna proporciona chaves para o êxito da ação política e constitui a metade da vida que não pode ser governada pelo indivíduo. Ela proporciona a *occasione* aproveitada pela *virtú* do governante. Em outros termos, o homem de *virtú* é aquele que sabe o momento exato criado pela *fortuna*, no qual a ação poderá funcionar com êxito.

Assim, ao soberano *virtú* unicamente não basta, é fundamental que ele saiba o momento efetivo para utilizá-la, é preciso “combinar seu modo de agir com as particularidades do momento [...] dado que a fortuna é um rio impetuoso e os homens

devem prevenir-se com a edificação de diques e barragens.” (MARTINS, 1999, p. 19). Todas as coisas possuem um tempo preciso para acontecerem e o político bom deve estar atento para não alternar a ordem e o comportamento dos acontecimentos.

Age virtuosamente aquele que encontra sua força interior, que utiliza de maneira inteligente a sua força física, sua rigidez, não só para conquistar o poder mas também para mantê-lo. A *Virtú* é a chave para o sucesso e o homem que a possui atrai para si além da fama e da glória a segurança de seu reinado. Para atuar de forma valorosa, o indivíduo deve usar sua virilidade e adjetivos pertencentes aos animais, ou seja, deve portar-se ora como leão amedrontando os lobos, ora como raposa, astuciosamente para conhecer e identificar os inimigos.

Necessitando um príncipe, pois, saber bem empregar o animal, deve deste tomar como modelos a raposa e o leão, eis que este não se defende dos laços e aquela não tem defesa contra os lobos. É preciso, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Aqueles que agem apenas como o leão, não conhecem a sua arte. (MAQUIAVEL, 1999, p. 119)

Por outro lado, a fortuna, simbolizada por uma deusa antiga, corresponde à sorte individual, ao acaso favorável ou desfavorável, às circunstâncias que aparecem no momento presente. Nesse caso, a forma como os governantes lidam com ela, utilizando de sua sensibilidade e inteligência, fazem parte da *virtú*. Assim, o príncipe agraciado com a *virtú* igualmente é beneficiado com a *fortuna*. Sobre esses conceitos, Skinner (1996, p. 203) reflete:

Para Maquiavel, como para os outros humanistas, o conceito de *Virtù* serve dessa forma para indicar a qualidade indispensável que capacita um príncipe a vencer as pedras e setas da enfurecida Fortuna, e a aspirar assim à obtenção da honra, glória e fama; isso se evidencia com muita nitidez em seu capítulo “Por que os príncipes de Itália perderam seus Estados”. Aqui ele prevê todos os novos príncipes, se desejam alcançar “a dupla glória” que resultará de ter fundado um principado novo e de lhe consolidar a existência, que “os únicos meios bons, certos e duradouros” a utilizar são “aqueles que dependem de tuas próprias ações de tua *Virtù*”. O mesmo tom ressurgiu, ainda mais vigoroso, no capítulo final do Príncipe, na “exortação” de Maquiavel aos Médici para que ‘livrem a Itália das mãos dos bárbaros’. Depois de assegurar-lhes que sua ‘ilustre casa’ possui ‘Fortuna e *Virtù*’, afirma não haver alguém mais capacitado que eles a conduzir a Itália a sua redenção.

É importante ressaltar a advertência que faz Maquiavel sobre a relação governante e súditos, retomando a famosa frase “mais vale ser temido que amado”. O escritor acreditava que o ideal de um político era que fosse temido ao mesmo tempo em que amado, mas, se ambas as qualidades não fossem possíveis unirem-se a um só tempo, o mais seguro seria ser temido do que amado, uma vez que revoltas não poderiam ser toleradas pois desestabilizariam o poder do monarca. Além disso, mais

receoso é o povo ao homem temido que ao amado, visto que o amor é rompido quando o interesse individual toma conta do ser humano.

Tamanha diferença se encontra entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver que aqueles que se ocuparem do que deveria ser feito, em vez do que na realidade se faz, aprendem antes a própria derrota do que sua preservação; e, quando um homem deseja professar a bondade, é natural que vá a ruína, entre tantos maus. Assim, é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade. (MAQUIAVEL, 1999, p. 99)

O bom governante também deve ser cauteloso e proceder de maneira que beneficie a todos. Maquiavel (1999, p. 76) afirma que “o príncipe prudente deve pensar nos modos de ser necessário aos súditos, sempre, e de estes necessitarem do Estado”. Quando isso ocorre, o povo sabe que pode contar com seu dirigente e será fiel a ele. Portanto, para ser um bom estadista é preciso agir com prudência e com justiça, não deixar-se tornar cego pelo ódio e pela gana da vingança, aguardar o momento adequado para executar suas ações e objetivar sempre o melhor para o seu povo.

III – A DECADÊNCIA DE PRÍNCIPES VIRTUOSOS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Será que os nossos príncipes estão sabendo lidar com os problemas da sociedade atual ou estão causando ainda mais adversidades devido ao egocentrismo e individualismo? Será que estão se utilizando da moral ou estão simplesmente desprezando o real sentido maquiavélico em favor de práticas opcionais próprias? E no cenário político americano, os governantes estão agindo com astúcia, virtude e justiça para lidar com os descompassos e crises?

Ao contrário do que muitos pensam sobre o conceito de *maquiavélico*, em seu livro Maquiavel não oferece conselhos sobre como ser um mau governante, mas reflete sobre a maneira de agir de um homem justo, que atua virtuosamente em favor de seus súditos, que busca manter-se no poder graças ao seu bom gerenciamento e justiça, sua arte de dirigir o Estado com honra, honestidade e valor, sem cair nas armadilhas dos inimigos nem se curvar a eles.

A ilustre obra aborda temas importantíssimos que deveriam ser tratados de maneira especial por nossos estadistas atuais, como a teoria das relações públicas que disserta sobre os cuidados com a imagem pública do governante. No entanto, o que notamos são chefes de Estado que não têm cuidado com o agir e nem mesmo com o

falar, apenas fazem e dizem o que lhes dá na gana e desprezam a ascendência e permanência no governo pela honra e justiça próprias.

O autor também ressalta a teoria da cultura política em que os costumes e moral social são observados como instrumentos de fortalecimento do poder do governante, daquele que transmite a veracidade de suas ações, que se porta de acordo com a ética, não se envolvendo em escândalos de qualquer tipo.

Ademais, o grande pensador político nos lembra para a teoria da administração pública, da probidade administrativa, dos limites à tributação e do respeito à propriedade privada. E mais uma vez, não é o que tem passado nos jornais, não é o que temos vivenciado financeiramente, pelo contrário, nós civis carregamos uma sobrecarga tributária.

“O Príncipe”, de Maquiavel apresenta uma série de fatores para que o governante se mantenha no domínio sem permitir que o poder o conduza à ruína, mas que seja apenas consequência de sua astúcia e força. O autor afirma que o caminho mais desagradável para ascender ao trono é por meio das perversidades, pois os crimes atraem inimigos externos e traições. No entanto, é preciso manter os olhos abertos e, se para impedir os poderosos de derrubar o soberano e oprimir o povo seja inevitável o uso da violência, então que ela seja aplicada.

A violência, neste caso, é necessária para que exista segurança pública e se mantenha a ordem. Mas como esta segurança tem sido conservada em nosso país? Observamos que escassos são os investimentos na contratação e formação de militares, além disso, muitos deles para conseguirem o sustento da família e complementar a renda, exercem atividades remuneradas fora da corporação como, por exemplo, segurança particular. Em alguns estados brasileiros a prática é vetada, no entanto ainda assim costumam ocorrer com frequência. Enfim, este amparo do Estado que deveria nos proteger da violência já não existe. Nós cidadãos, temos sair de casa para um passeio, para o trabalho, para a universidade, etc., e não retornar. Precisamos de líderes que privilegiem a segurança do país e que nela invista.

Maquiavel nos diz por diversas vezes em sua obra que o bom governante é aquele que exerce sua função em favor de seus súditos, da coletividade e do bem comum, porém e infelizmente, não é isto que temos visto em nossa nação. Percebemos em muitas regiões a construção desenfreada de presídios enquanto a educação, base para o desenvolvimento e instrumento capaz de transformar um país em um local mais

justo, é sucateada. Muitos estudantes afirmam desde muito novos que para ganhar dinheiro não é preciso estudo, basta partir para a criminalidade. Este pensamento deve ser transformado, as crianças e adolescentes devem ter esperança, no entanto como confiar em príncipes que praticam tantos crimes, tanta corrupção e desvios que custam bilhões aos cofres públicos?

Rafael Alcadipani (2017), professor da Fundação Getúlio Vargas e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que “Investimento em educação, de fato, reduz a vulnerabilidade das pessoas, que ficam menos expostas ao crime. É pacificado na literatura, um fato científico”. Assim, uma forma efetiva de diminuir a criminalidade é investir na educação dos nossos jovens e crianças, o que não tem sido feito efetivamente. O que temos visto são cortes sucessivos na educação tanto em nível básico, como superior e de pós-graduação.

Hoje notamos que a soberania do Estado da qual tanto ressaltou Maquiavel se mostra enfraquecida. As pessoas não acreditam mais em promessas e nem mesmo que existam governantes ou candidatos que, ao ocuparem seus cargos, sejam justos, honrados e que ajam de acordo com a virtude, chefes de Estado que não sejam desonestos e não desviem valores para investimento em saúde, educação, segurança para suas contas ocultas.

No atual cenário político brasileiro, percebemos a existência de príncipes desvirtuados que, muitas vezes, oprimem o povo não só ignorando a violência praticada por criminosos do tráfico ou pela própria polícia, mas também e principalmente, pela corrupção onde o dinheiro pago em tributos pelos cidadãos que deveria retornar a eles com investimentos que os levassem a ter uma vida digna com direitos e garantias individuais, civis, políticas, sociais, econômicas, culturais e coletivas, como declara a própria Constituição de 1988, mas que, de fato, vai para os bolsos, meias, cuecas e malas dos políticos.

É necessário que a população se informe mais, reivindique seu direito de cobrar daqueles que foram eleitos, lute por um país melhor para todos e não somente para aquilo que lhe convém, que tenha voz para manifestar sua insatisfação e promover formas de mudança. É preciso, antes de tudo, de esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A glória dos nossos chefes de Estado deve provir da ética com que eles trabalham e governam alcançando o bem estar de seu povo e, para isso, devem conhecer os limites de seu poder, portando-se de acordo com a conduta de um príncipe, com excelência, ética e justiça. Observamos na política atual uma crise da soberania do Estado, pois nossos soberanos e representantes já não se preocupam mais com honra, entram e saem das prisões por diversos tipos de crimes – corrupção, desvio de verbas públicas, improbidade administrativa, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e até mesmo envolvimento com o tráfico e homicídios. Todo esse emaranhado de atitudes desvirtuadas gera na população uma amargurada desesperança.

O que vivemos hoje é uma drástica opressão por parte dos nossos políticos que ao invés de governarem o Estado em proveito daqueles que representa, governam em benefício próprio. A corrupção marcada pela ânsia em desviar aquilo que não é deles mas sim da máquina pública, em alcançar o luxo mesmo que custe a saúde de milhões de civis, faz com que Maquiavel mais temia, a dominação do ser pelo poder, pelo agir instintivo, se deixando conduzir pelas tentações mundanas, dirigindo o país rumo a ruína. Tal egoísmo engrandece poucos e retira o mínimo de que muitos necessitam, como os direitos garantidos pela constituição - saúde, educação e lazer. Necessitamos com urgência de príncipes virtuosos que busquem empreender uma administração estável visando o bem comum e não aventureiros portadores de uma sede desenfreada por acumulação de riquezas particulares adquiridas com dinheiro público. Príncipes que saibam combinar virtú com fortuna para criar um principado novo, ou seja, um novo sistema político baseado no progresso do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADEVERSE, Helton. *Maquiavel, república e o desejo de liberdade*. Revista Tans/Form/Ação, 2007, p. 33-52.

ALCADIPANI , Rafael. *Darcy Ribeiro estava certo: educação é o caminho para reduzir a criminalidade*. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml. Acesso em 07 de agosto de 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O moderno Príncipe e os Principados na atualidade: Maquiavel aplicado à política contemporânea*. Revista Espaço Acadêmico, n.121, 2011. Disponível em <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13530/7062>. Acesso em 05 de dezembro de 2017.

AMES, José Luiz. Lei e Estado no pensamento de Niccolò Machiavelli. In: *Ensaio de Ética e Política*. Daniel Omar Perez (Org.). Cascavel: Edunioeste, 2002.

AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BERBEL, Marco Antonio Facione. *As armas como instrumento de ação política em Maquiavel: uma análise de O Príncipe*. São Paulo: Biblioteca Digital da USP. Teses e Dissertações, 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../MARCO_ANTONIO_FACIONE_BERBEL.pdf. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Filosofia Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 11ª Ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Teoria das formas de governo*. Tradução: Sérgio Bath. 10ª Ed. Brasília: Ed. UNB, 1994.

BOCK, Gisela. *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHEVALLIER, Jean Jacques. O Príncipe de Maquiavel (1513). In: *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 2001, p. 17-49.

CHISHOLM, Robert. *A ética feroz de Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Edusp, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. (Trad.) M. F. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, Carlos Estevam. Maquiavel: Vida e Obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos discursos de Maquiavel*. (Tese de Doutorado) Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem Fortuna, o intelectual sem Virtù. In: *Os clássicos da política*. Francisco C. Weffort (Org.). 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SARTORI, Giovanni. *A teoria de democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SINGER, Florantonia. *Sem alimentos, 64% dos venezuelanos dizem ter perdido 11 quilos em 2017*. Disponível em:

https://brasil.eipais.com/brasil/2018/02/22/internacional/1519277784_904681.html.

Acesso em 10 de agosto de 2018.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Rubin Assis da Silveira. *Virtú e Fortuna em Maquiavel a partir da obra 'O Príncipe'*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29050/virtu-e-fortuna-em-maquiavel-a-partir-da-obra-o-principe>. Acesso em 01 de dezembro de 2017

WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.